



PINHEIRO, Milton (Org.). **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo, 2014. 350 p. Encadernação: brochura, Formato: 14x21. ISBN: 9788575593660.

Daize Duarte Sampaio*

Élida Coelho de Lima**

O ano de 2014 marca o cinquentenário do golpe que ceifou o processo democrático e estabeleceu o regime ditatorial no Brasil e, com este advento, buscou-se um novo enfoque para o estudo historiográfico destes fatos, dedicado aos detalhes que os sustentaram. Essa perspectiva teórica desdobrou-se através da organização de uma coletânea de artigos de diversos pensadores, na qual o sociólogo e cientista político Milton Pinheiro buscou elucidar criticamente uma importante parte da história brasileira, com vistas a resgatar fragmentos menosprezados da época, explorando desde o *background* do golpe militar até a campanha pelas *Diretas Já*.

O livro, que tem como assunto central os vinte e um anos de ditadura, delinea uma paisagem acerca dos acontecimentos mais importantes do cenário político brasileiro desse momento histórico, apresentando diversas unidades participativas, com finas interligações entre elas, bem como seus papéis dentro do processo de modificações que ocorreram no país. Ao adotar um método heterogêneo, a obra avalia os diversos atores dessa dimensão política e sua trajetória, assumindo uma ótica que busca a compreensão da totalidade, além da apuração de sua vinculação com o cenário que se apresentava.

Na compilação, há textos do próprio organizador, Milton Pinheiro, bem como de João Quartim de Moraes, Décio Azevedo Marques de Saes, Anita Leocádia Prestes, Adriano Codato, Marco Aurélio Santana, Leonilde Servolo de Medeiros, Lincoln Secco, Vanderley Elias Nery, David Maciel, Anderson Deo e Nilson Araújo de Souza.

* Graduada em Serviço Social pelo Centro Universitário da Grande Dourados. cursando Especialização em Gestão de Redes de Atenção à Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz e Pós-Graduação em Orientação Educacional pela Universidade Aberta do Brasil. Servidora técnico-administrativa em educação na Universidade Federal de Pelotas.

** Graduada em Serviço Social pela Universidade do Norte do Paraná. Pós-graduada em Recursos Humanos pela Universidade Aberta do Brasil. Servidora técnico-administrativa em educação na Universidade Federal de Pelotas.



Ao longo da obra, os diversos artigos remetem, separadamente, a diferentes assuntos relativos ao tema, buscando o entendimento do todo a partir de pequenos elementos. São abordadas questões relevantes aos fatos ocorridos naquele período, como as mudanças no campo ideológico, o papel e a posição de intelectuais, as divergências dentro do sindicalismo ao longo de sua transformação, o movimento comunista, a luta pela liberdade democrática, a busca pela resistência, a estrutura administrativa do Estado e sua gestão política e econômica, a presença e o desempenho dos partidos políticos e da Aliança Democrática e a análise do movimento civil *Diretas Já*. Evidenciando o caráter de classe da ditadura militar, cujo cunho conservador buscava privilegiar a burguesia e o capitalismo, reagindo à democratização nacional e impondo domínio sobre a sociedade através de um governo militar autoritário, os autores, por olhares distintos, buscam entender seus preceitos e suas consequências para a atualidade.

Resumidamente, é possível afirmar que o objetivo principal do livro é a compreensão da ditadura militar no Brasil, incluindo também os períodos pré e pós-regime ditatorial, por meio da desfragmentação do assunto, ou seja, da desconstrução do tema pelo deslocamento metodológico. A análise de diversos tópicos permite a explicação da realidade recortada, culminando com sua organização para a compreensão da totalidade. O resgate dessa parte da história brasileira, marcada por retrocessos, lança uma luz sobre as reais circunstâncias, os motivos e os desenvolvimentos dos acontecimentos, deixando um bom acervo de informações, que propicia a apreensão desse passado histórico.

Introduzindo a temática abordada, Milton Pinheiro – sociólogo e cientista político, professor da Universidade do Estado da Bahia, editor da revista *Novos Temas*, autor/organizador de diversos livros e integrante do grupo de pesquisa *Pensamento Político Brasileiro e Latino-Americano* – avalia o período que antecede ao golpe, a concepção que se tinha acerca do mesmo, a ação política, partindo do papel do Partido Comunista Brasileiro (PCB), suas articulações e lutas no processo de resistência à ditadura burgo-militar, bem como o desmonte sofrido antes da abertura e a posição do partido durante o processo de transição controlado pela burguesia, buscando decifrar os desdobramentos da revolução burguesa no país. Utilizando o marxismo contemporâneo para interpretar algumas questões, lança mão, também, de documentos resultantes de congressos realizados pelo PCB para referenciar sua ação política distanciada da realidade do país, pois, ao sair da luta contra a ditadura para entrar para a resistência democrática, o partido, incapaz de desvelar o contexto capitalista brasileiro, insere-se na busca pelo socialismo, enquanto que os trabalhadores optam por agir contra a política de arrocho salarial e a favor do direito de livre organização sindical.



Vindo de uma vertente marxista, o filósofo e cientista político João Quartim de Moraes – professor colaborador do Instituto de Filosofia e Ciências da Unicamp, pesquisador do CNPq centrado em história do pensamento político, instituições brasileiras, materialismo antigo e moderno e marxismo, autor de diversos livros e artigos e militante na resistência armada no final dos anos de 1960 – procura desvelar a natureza histórica e de classe do Estado, direcionada a atender a burguesia brasileira. Para isso, discorre a respeito do sistema de ideias, do poder militar e da lógica capitalista, apropriando-se das condições históricas que determinaram sua ascensão. Traz, assim, o entendimento de suas particularidades no contexto da ditadura. Ao determinar seus diferentes períodos e as contradições presentes entre a classe dominante, evidencia que o golpe político, operado por forças militares, representou a vitória do capitalismo monopolista.

Tendo como foco a classe dominante no capitalismo, abre-se a análise de Décio Azevedo Marques de Saes, sociólogo e cientista político, professor titular da Universidade Metodista de São Paulo, que examina os interesses e as ações desta, bem como suas relações com a política de Estado e as outras frações da burguesia, além de sua inserção no sistema capitalista mundial. O autor discute o enfoque poulantziano sobre o conceito “bloco no poder”, sua especificidade, conexões e representatividade, que deve considerar os diferentes segmentos. Também, através de uma concepção marxista, faz uma ampla análise das sociedades capitalistas.

Autora de diversos livros e militante política, Anita Leocádia Prestes disserta sobre seu pai, Luiz Carlos Prestes, e sua luta pela democratização da vida nacional após a anistia de 1979, quando este, ao retornar do exílio, inicia intensa atividade política, esclarecendo a respeito de seus ideais revolucionários. A historiadora desenha sua trajetória, desde seu rompimento com o PCB, por conta do abandono dos ideais políticos pelo partido, até sua luta junto ao novo sindicalismo, apontando-o como apoiador dos reais interesses dos trabalhadores. O texto apresenta fatos históricos vinculados à fala de Prestes, facilitando a compreensão do ponto de vista de seu pai sobre suas ideologias e da situação política que o país apresentava.

Partindo para a observação da conjuntura político-econômica no período da ditadura, faz-se presente o texto do cientista político e professor da Universidade Federal do Paraná, Adriano Codato, que tece suas considerações acerca do desenvolvimento capitalista conservador do Estado autoritário. Assim, enfatiza o surgimento e a existência do contexto burocrático, ilustrando sua análise a partir de observações feitas com base em arquivos



redigidos na época, que explicitam as condições históricas desse contexto, bem como as relações entre o agente político, o Estado e a sociedade.

A despeito de toda repressão existente nesse período, a resistência apresentada pelo movimento sindical, mesmo que desarticulada, nunca foi eliminada e, fazendo a relação entre a ditadura e a consciência política no universo do trabalho, o sociólogo e professor do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da Unirio, Marco Aurélio Santana, apresenta a nova face do sindicalismo. O autor, versando sobre a trajetória dos sindicatos no Brasil, apresenta seu desenvolvimento na organização das classes trabalhistas, suas lutas e vitórias, além de seu importante papel na redemocratização do país, privilegiando a postura, a ocupação de espaços e o legado do PCB diante dos trabalhadores brasileiros e de suas organizações.

Apesar das diversas lutas que consolidaram a reforma agrária como uma das maiores reivindicações dos trabalhadores do campo, com o fim da democracia esse movimento sofreu grande impacto, mas nem por isso foi erradicado. Fazendo ligação a tal problema, Leonilde Servolo de Medeiros, socióloga e cientista política, aborda a questão dos trabalhadores e das demandas do sindicalismo rural, a disputa por terras e pelo direito de plantar. Destaca, ainda, o papel fundamental da Igreja no apoio aos camponeses e como espaço para a resistência e discussão de novas formas de ação que recolocassem a questão em pauta.

Lincoln Secco, historiador e professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo, faz uma elaborada análise dos partidos políticos, desde o fim da ditadura até a atualidade, discorrendo sobre a hegemonia dos mesmos. Aponta ainda as mudanças de comportamento e ideologias na busca de resquícios do regime ditatorial que ainda se façam refletir. Para isso, realça o surgimento, o progresso e o discurso do Partido dos Trabalhadores (PT) – o qual insurgiu diante da crise econômica e da política da ditadura, encobrendo mudanças neoliberais de uma burguesia que, isenta de valores e sem negar o discurso democrático, impedia avanços sociais.

Vanderley Elias Nery, sociólogo e professor da UNICASTELO, ao utilizar a teoria marxista do Estado e das classes sociais, sintetiza o movimento *Diretas Já*, assinalando o seu contraponto. De um lado, observa o fato de o movimento ser uma estratégia da burguesia que, insatisfeita com um modelo econômico que não mais atendia seus interesses, buscou um expediente com capacidade de instituir um poder que contivesse as massas, ao mesmo tempo em que ajustasse o regime político a seu favor, dissertando sobre sua derrota, que caracteriza diretamente o fracasso das lutas revolucionárias em busca de democracia. De outro, pondera o fato de que o movimento teve capacidade de ampliar os espaços democráticos brasileiros,



difundindo a democracia enquanto valor, mas sem agregar participação popular no processo devido aos diversos objetivos dos segmentos envolvidos.

Ao fim da campanha *Diretas Já* e a partir do lançamento da candidatura de Tancredo Neves para presidência do país, com a intenção de obter apoiadores, colaboração de partidos e de setores da sociedade, foi criada a progressista Aliança Democrática, com a promessa de sair da ditadura para a democracia. Sua importância é colocada em pauta através das palavras do historiador David Maciel, que reflete sua articulação, salienta as suas fases e a ascensão de um governo civil, bem como remonta ao passado recente para demonstrar sua relevância como resistência contra o regime militar.

Anderson Deo – cientista político, professor da Universidade Estadual Paulista, coordenador do Núcleo de Estudos de Ontologia Marxiana e pesquisador dos grupos de pesquisa Cultura e Política do Mundo do Trabalho e Pensamento Político Brasileiro e Latino-Americano – faz o diagnóstico das transformações político-sociais ocorridas a longo prazo no país, comparando esse momento ao colonial-bonapartismo europeu. O autor ressalta a autocracia burguesa que se reproduz dentro do aparato legal e parlamentar e que se evidencia pela expansão econômica e modernização conservadora acompanhada de miséria social, legitimando a hegemonia das classes dominantes. Assim, entende o governo petista como governo burguês, a partir da consideração dos termos “populismo” e “neopopulismo”.

Finalizando, o economista, professor pesquisador aposentado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, professor pesquisador do programa de pós-graduação em Administração e do curso de graduação em Administração da Universidade Ibirapuera, professor do curso de graduação em Relações Internacionais do Centro Universitário Belas Artes, autor de vários livros, ensaios e artigos sobre teoria econômica, economia mundial e economia brasileira, Nilson Araújo de Souza, aprofunda-se na análise das políticas econômicas aplicadas à época da ditadura e da transição para o regime democrático. Distingue assim suas etapas, caracterizadas por intenso crescimento econômico seguido de estancamento, sublinhando sua condição de dependência e as determinações que essa particularidade histórica, determinada pela ótica monetarista, acarretou para a consolidação da democracia no Brasil.

Corroborando com as reflexões citadas na obra, encontram-se as contribuições do cientista político Marcos Del Roio, no prefácio, e do sociólogo Marcelo Ridenti, na orelha do livro. O aporte desses importantes autores, que se destacam pelo resgate e pela conservação da memória através de análise mais avançada da história, constitui incremento qualificador, que robustece o arsenal teórico, favorecendo sua continuidade e aprofundamento.



Enfim, esta publicação procura elucidar um dos episódios mais obscuros e impunes da história brasileira, revelando com clareza suas principais questões. A obra é destinada a todos os que buscam a compreensão de seus fatos estruturais. Ao término da leitura, é possível entender muitos aspectos relacionados ao período da ditadura, pelo acompanhamento de cada ponto isoladamente e pela ligação entre eles, a fim de criar um entendimento mais completo da sua totalidade.

As reflexões trazidas permitem apontar a motivação política envolvida, identificar as formas de reação e oposição, compreender as liberdades individuais e os direitos humanos como inalteráveis e imprescindíveis, assimilar o que fundamenta diferentes pontos de vista sobre a ditadura e, principalmente, valorizar o potencial da participação democrática. Dessa forma, é possível relacionar analogias e diferenças desse passado com o presente, depreendendo tal conhecimento como necessário para entender os rumos do futuro.